

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.503 - AL (2018/0277126-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : GILBERTO FERREIRA JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por GILBERTO FERREIRA JUNIOR, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**, que, ao julgar **habeas corpus**, denegou a ordem, mantendo a custódia cautelar do recorrente nos termos da seguinte ementa (fl. 60):

"PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO. TESE DE NÃO PREENCHIMENTO DE ELEMENTAR DO TIPO. AFASTAMENTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS, APTOS A JUSTIFICAR A SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA DO PACIENTE, BEM COMO DE AUSÊNCIA DE PERIGO À ORDEM PÚBLICA. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DECRETO PRISIONAL. PACIENTE COM PASSAGENS PELA POLÍCIA. DELITO COMETIDO COM EMPREGO DE ARMA, PONDO A SOCIEDADE EM RISCO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1 - Não há falar em não preenchimento de elementar do tipo sob o argumento de que não restou comprovado nos autos que os aparelhos celulares apreendidos pertenciam a terceiros, ao tempo em que, em sentido contrário, consta o depoimento de uma das vítimas do delito e o respectivo termo de entrega.

2 - Presentes a materialidade delitiva e os indícios de autoria, evidenciados, respetivamente, pelo auto de apresentação e apreensão das drogas em poder do paciente, assim como pelos testemunhos dos conduzidos, restam apontados de forma suficiente os fatos decorridos pela ação delituosa, aptos a autorizarem a decretação da prisão preventiva do paciente, não havendo que se falar em embasamento abstrato da decisão.

3 Entendimento jurisprudencial em sintonia com o caso, de forma que a manutenção da prisão preventiva se faz necessária quando presentes os requisitos da segregação.

4 ORDEM CONHECIDA E, NO MÉRITO, DENEGADA".

No presente recurso, alega, em síntese, que não há fundamentação concreta e idônea para a sua segregação cautelar.

Requer a concessão da ordem para revogar o decreto de prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Sem pedido liminar.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 101-102 pela prejudicialidade do recurso.

É o relatório.

Decido.

O **recurso** está prejudicado.

Isto porque, conforme informações obtidas no sítio eletrônico do eg. Tribunal de origem (www.tjal.jus.br) verifica-se que foi proferida sentença condenatória em desfavor do recorrente sendo-lhe permitido recorrer em liberdade.

Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade da presente ordem, face a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do RISTJ, julgo o presente recurso em **habeas corpus** prejudicado.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator